



DEPOIMENTO

JOÃO RIBEIRO DE MORAES

Em 2003, servidor aposentado da Câmara dos Deputados. Entre outras atividades na Casa, exerceu o cargo de assessor técnico-jurídico.

ENTREVISTADORA:

Glória Varela (intervenções do servidor Ivanir Geraldo Vianna).

LOCAL:

Brasília

DATA:

29/8/2003

DURAÇÃO:

1 hora, 28 minutos

TÓPICOS:

A qualidade intelectual dos deputados e dos funcionários da Câmara nos anos 60 e 70; sua atuação no período da ditadura militar; desaparecidos políticos; a dualidade de ser estudante ativista e funcionário da Câmara; seu afastamento da Câmara; o papel da Câmara durante o regime militar; a falta de infra-estrutura na Câmara; troca de tiros entre deputados; a importância e o papel da Câmara; a valorização do servidor; as reformas; a vida na Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Gostaria que o senhor começasse esse depoimento falando o seu nome, quando o senhor veio para Brasília, em que circunstância e como entrou para a Câmara.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Meu nome é João Ribeiro de Moraes. Eu vim para Brasília em 1960. Na verdade, meu pai foi um dos primeiros quarenta médicos que estiveram em Brasília, que vieram no início. O presidente Juscelino chamou quarenta médicos para montar o sistema hospitalar do Distrito Federal, e meu pai era um dos três cardiologistas. Então, fui da primeira turma do ensino médio de 1960. Fiz o curso clássico no Elefante Branco. Depois, em 1962, fui nomeado pelo presidente João Goulart para o Ministério da Agricultura, nomeado interinamente por indicação do ministro Armando Monteiro. Trabalhei dois anos no Ministério da Agricultura – em 60 e... E comecei a me preparar para fazer o concurso da Câmara. Era o sonho de todo o mundo em Brasília, pertencer ao quadro de funcionalismo da Câmara. Era a grande aspiração daqui. Eu consegui passar no concurso em 1963 e tomei posse em 1964, depois da revolução.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) - O senhor fez concurso para qual função?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Auxiliar legislativo – PL 10. Era na época do PL.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E o senhor foi trabalhar em qual comissão?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES - Na Comissão de Justiça. Eu era estudante de Direito, eu tinha feito vestibular de Direito na universidade, e a Câmara facilitava para que nós estudássemos, fizéssemos um curso superior.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) - Que facilidades eram essas?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES - De horário. Éramos dispensados na hora das aulas e quando havia prova em outro horário.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como foi seu trabalho na Comissão de Fiscalização Financeira? Aconteceu alguma coisa nessa época que marcou a sua história? Que recordação o senhor tem dessa época? Como era o trabalho? O que o senhor fazia lá?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – O trabalho era muito duro. Ninguém fez isso: no Maranhão, eu fui a mais de 120 municípios numa época em que não tinha um quilômetro de asfalto fora da ilha de São Luís. Milhares e milhares de quilômetros rodados. Eu vi a posse do Sarney como governador. Conhecia a ele, que era membro da Comissão de Justiça, em que eu trabalhava

antes – depois é que eu fui para Comissão de Fiscalização Financeira. Fui a 98 municípios do Piauí, o Estado de Pernambuco todo – eu fiquei praticamente três anos rodando o Brasil.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O que o senhor fazia nessas viagens?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu verificava a existência e o funcionamento das entidades subvencionadas pelo Conselho Nacional de Serviço Social. Era o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira em tomada de contas o deputado Plínio Lemos, deputado da Paraíba. Isso protegia muito a Câmara, porque havia muita acusação de que os deputados desviavam verbas, criavam instituições que não existiam e destinavam dinheiro para elas. E depois se viu que a coisa era muito menor do que se supunha. Na verdade, eram tentativas frustradas de constituição das entidades, e elas não tinham recebido verba nenhuma. Quer dizer, não era o escândalo que se supunha. Foram apuradas algumas irregularidades, mas, na verdade, aquilo hoje me parece que era realmente dentro de uma perspectiva da “Revolução” de comprometer a imagem do Poder Legislativo. E era interessante porque no interior do Brasil, em 1965, quando comecei a viagem, as pessoas não sabiam que a Câmara estava funcionando.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Imaginava-se que o Congresso estivesse fechado.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Os meios de comunicação eram precários naquela época. Imaginava-se que o Congresso estivesse fechado, mas ele funcionava, com todas as limitações. Eu acho que a ida de funcionários aos lugares mais distantes do país afirmava... eu acho que o propósito maior do Dr. Luciano Brandão era fazer a Câmara chegar ao interior. Eu fui a lugares em que nunca tinha ido servidor federal nenhum.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor foi escolhido para o Maranhão por alguma questão específica ou cada funcionário...

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu fui indicado pelo diretor-geral, o Dr. Luciano. Maranhão, Piauí, Estado do Rio de Janeiro e Pernambuco.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E outros funcionários foram para outros estados.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Outros funcionários foram para outros estados.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Esse trabalho o senhor exerceu durante quanto tempo? Bastante tempo, não é?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Uns dois anos eu fiquei viajando.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E depois dessa Comissão de Fiscalização Financeira, o senhor foi trabalhar...

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu voltei para a Comissão de Constituição e Justiça e depois fui trabalhar com o Dr. Luciano.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Teve uma época, também, que o senhor trabalhou na 1ª vice-presidência.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Depois, de 1970 a 1972. Um parlamentar fantástico, Accioly Filho, que depois foi senador pelo Paraná.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, já temos mais ou menos uma visão da sua história na Câmara para podermos começar a conversar mesmo. Queria saber como os fatos históricos deste país, presenciados pelo senhor, repercutiram na Câmara. O que aconteceu de importante neste país que teve repercussão na Câmara e de que o senhor estava aqui participando?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Bom, eu ainda não era funcionário, mas estava nas galerias quando o presidente Auro de Moura Andrade decretou vaga a Presidência da República após a saída do Jango.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como foi esse dia? O que estava acontecendo? Era uma sessão normal? O que o senhor lembra desse episódio?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu me lembro de muito tumulto no plenário, muitas vaias, muito protesto, mas na verdade a sessão foi muito rápida. O presidente abriu a sessão, declarou vaga a Presidência da República sob muitos protestos e foi ao Palácio do Planalto assumir a Presidência da República. Ele assumiu a Presidência da República. Depois foi feita a eleição do Castelo. Entre o Jango e a eleição – eleição entre aspas – do Castelo Branco, a Presidência da República foi exercida pelo presidente Ranieri Mazzilli.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E por que o senhor estava nas galerias?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES - Porque...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Era um hábito seu acompanhar as sessões? Que interesse o senhor tinha no Legislativo nessa época?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Brasília na ocasião era muito pequena. Isso foi em 1964. Eu estava fazendo concurso para Câmara nessa época. Então, eu vinha sempre aqui. A juventude na época era mais politizada, tínhamos uma política... Brasília era uma cidade em que todo mundo se conhecia, todo mundo estudava no mesmo colégio – só tinha o Elefante Branco e o Caseb. E estudávamos com os filhos dos deputados, os filhos dos

funcionários da Câmara.... O funcionalismo público tinha chegado aqui, mas era pouca gente. Era um acontecimento aqui na cidade. Então, eu vim ver.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mas o senhor ficou sabendo do que estava acontecendo e veio para a Câmara?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu era funcionário do Ministério da Agricultura. Então, houve um comício no Hotel Nacional, um início de resistência. As forças leais ao governo procuravam transmitir a idéia de que o Jango voltaria e que a ordem constitucional seria mantida, seria restabelecida, o que infelizmente não ocorreu.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor escutou isso e veio para o Congresso para...

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES - Eu saí de lá. Eu me lembro que no dia 31 de março houve esse comício no Teatro Nacional, que ainda não tinha acabado de ser construído. Era tudo muito precário. Havia muita gente, as forças de trabalhadores. Eu estava na Universidade de Brasília, fazia Direito. E vim para cá, quer dizer, esse foi o primeiro grande acontecimento.

No governo do Castelo eu fui trabalhar na Comissão de Justiça e tive contato com os grandes juristas deste país, como o Pedro Aleixo. Depois eu cheguei a ter atuação profissional como advogado sob sua orientação. Ele era um grande penalista, grande criminalista. Já eleito vice-presidente da República, ele fez um júri aqui em Brasília. Fui sempre ligado a essa área penal, eu queria ser criminalista. Havia Pedro Aleixo, Pedroso Horta, Ulysses Guimarães, Nelson Carneiro. Eles chegavam e mandavam eu datilografar os pareceres, e eu traduzia aqueles manuscritos e depois passava para o Paulo Rocha, que era o secretário da Comissão, e ele relia. E eu comecei minha vida aqui...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Isso, na Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Na Comissão de Justiça.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela)– Há alguma particularidade da Câmara de que o senhor se lembre que chamava a atenção?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Em que sentido?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – No sentido funcional. Como era a Câmara naquela época?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Era pouca gente para fazer muita coisa. Na verdade, o número de deputados era praticamente o mesmo de hoje, e o número de funcionários era bem reduzido. Então, trabalhava-se de 9 horas às 12 horas, de 13h30 às 18h30 e entrava-se noite adentro. Em época de Orçamento era um inferno, porque era muito trabalho na Comissão de

Orçamento, e os funcionários das outras comissões eram requisitados para trabalhar, e era tudo na máquina de escrever – não tinha computador.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Há algum outro fato histórico, alguma votação memorável que tenha chamado sua atenção?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES - O episódio do Márcio Moreira Alves.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Isso foi em 1968.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Dezembro de 1968. Foi o que antecedeu ao Ato Institucional nº 5.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Onde o senhor trabalhava nessa época?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Na Comissão de Justiça.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Que lembrança o senhor tem desse episódio? O senhor lembra de detalhes? Onde o senhor estava?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu era estudante de Direito e estudava Direito Constitucional na Universidade de Brasília, com Victor Nunes Leal. O José Paulo Pertence, hoje ministro, desdobrava as aulas dele. Tivemos uma educação privilegiada em Direito Constitucional. Então, isso me facilitava na época para auxiliar os deputados na elaboração dos pareceres de constitucionalidade e juridicidade. Fazíamos uma espécie de assessoria na área de Direito Constitucional. Dávamos pareceres a respeito da constitucionalidade e juridicidade do projeto.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor chegou a trabalhar em algum parecer específico? Havia uma tendência entre os deputados de não conceder a licença para que o Márcio Moreira Alves fosse processado.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Exato.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor chegou a trabalhar em algum parecer para algum deputado nessa linha, para a não-concessão de licença para processar o Márcio Moreira Alves?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu acho que eu cheguei a datilografar uma parte do parecer do presidente, porque, na verdade, Djalma Marinho avocou o processo. Ele, como presidente, podia fazer isso, e ele mesmo foi o relator do processo para indeferir o pedido de licença para processá-lo, e o parecer da Comissão seria no sentido de negar a concessão da licença. Não negou porque o Geraldo Freire fez o que se fez agora: trocou os membros do governo que eram contra a concessão da licença e colocou outros deputados que se prestaram a votar no sentido de conceder a licença.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sim, mas a não-concessão da licença ganhou por um voto, não é? [Na CC], a concessão de licença ganhou por 19 votos a 12]

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Ganhou por uma margem pequena.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não sei se exatamente essa, mas a informação que tenho é que a não-concessão ganhou por um voto.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – O parecer saiu pela constitucionalidade. Não era pela constitucionalidade, mas, naquele momento, a Comissão de Constituição de Justiça examinava o mérito. Era a única Comissão, e o parecer saiu como o governo queria, até que o Plenário... Eu estava no plenário no dia – fui ver.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E teve o célebre pronunciamento do deputado Djalma Marinho. Como foi isso?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu acho que ele não falou no plenário, eu acho que ele deu o voto na Comissão e foi muito aplaudido. Ele teve aquela frase dele que ficou célebre: “Ao meu rei dou tudo, menos a minha honra.” E o certo é que as opiniões eram muito divididas, o funcionalismo receava muito que aquilo importasse no fechamento da Câmara, como importou – e as restrições financeiras a partir de lá foram terríveis, os nossos salários foram reduzidíssimos naquela ocasião. A Câmara, fechada, e nós vivíamos de extraordinária, e não havia mais extraordinária.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como os funcionários se viravam nessa época, sem dinheiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Comprávamos fiado na cooperativa. E eu era estudante de Direito: comecei a me virar na advocacia. O Djalma Marinho me chamou e disse o seguinte: “Em que ano você está?” Respondi: “Eu estou no quinto ano.” “Você está terminando?” “Estou terminando.” Ele disse: “Três rapazes de Caicó estão presos no Núcleo de Custódia de Brasília. Ligaram-me do Rio Grande do Norte.” Então, a primeira causa que eu tive foi essa, que foi uma indicação do Djalma Marinho. Eu fui lá advogar para esses rapazes acusados de uma traquinagem qualquer. Estavam presos. Eu fiz a defesa deles, e em pouco tempo eles foram soltos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Nessa época, o Congresso ficou fechado nove meses, mais ou menos. Os funcionários vinham diariamente à Câmara? Como era vida dos funcionários?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Vínhamos. Tínhamos ponto para bater, e alguns serviços administrativos não sofreram... Era preciso manter a coisa em funcionamento. O Dr. Luciano era muito exigente. Tinha que se fingir que se tinha... Tinha que se manter a estrutura aberta porque a qualquer hora ele poderia ser reaberto, como foi, e era preciso que a administração não tivesse sido desarticulada.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Os deputados não vinham?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Alguns vinham, para não perder o hábito, vinham tomar um cafezinho. O gabinete do Dr. Luciano era muito cheio. Nessa época, trabalhei no gabinete do Dr. Luciano, que sempre foi muito cheio. Com a Câmara fechada ou aberta, era sempre muito freqüentado. Ele era uma referência política porque articulava bem.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor falou em deputados que eram também grandes juristas. O que chamava a atenção dos deputados daquela época? Quais as grandes qualidades dos deputados daquela época?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Esses deputados representavam a elite nacional. Eram homens de uma cultura superior à média, quer dizer, eram pessoas que realmente se sobressaíam nas suas respectivas atividades. Não se tinha, na verdade, líderes populares, representação popular; era mais elitista. Não se tinha o tipo de homem do povo que temos hoje. Eram representantes das elites nacionais, homens de saber mais aprimorado do que a média hoje.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E os funcionários da Câmara também eram elite?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eram. Venho do Ministério da Agricultura, onde todos os funcionários que tinham condições faziam concurso do Executivo para vir para a Câmara, não só porque a Câmara pagava mais, como também porque trabalhávamos com os deputados. Havia prestígio, um quadro muito qualificado de funcionários, os salários eram maiores, então havia prestígio em trabalhar na Câmara na época. Tanto que quando passei no concurso, logo me casei, logo me fisearam. (risos)

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sobre a construção dos prédios da Câmara, a reforma dos prédios da Câmara, o senhor se lembra de algum episódio específico? O senhor estava mais ligado ao processo legislativo, não?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Sim, não me lembro exatamente em que período, mas trabalhei na diretoria-geral, com o Dr. Luciano. O Eraldo – vi o seu nome aí – era fundamental nessa área da engenharia da Câmara. Ele foi meu colega na Universidade de Brasília e quando ouço falar em construção da Câmara, lembro-me do Eraldo. A idéia que tenho da grande pessoa que o Dr. Luciano realmente contava era o Eraldo e o...

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – Eraldo era engenheiro. Foi diretor do Departamento de Administração, não é isso?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Exato. E o Balão.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – Hamilton Balão Cordeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Hamilton Balão Cordeiro.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – Que hoje exerce as funções dele mais ou menos na área de engenharia.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Sim, eram as duas pessoas. Lembrome que foi feito o Anexo II. A Comissão de Justiça não funcionava aqui, ela funcionava onde hoje é a 1ª Secretaria. Eram menos comissões também.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – Nessa época, não havia sido construído esse anexo onde estão as comissões?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não.

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – Era no edifício principal, onde é hoje a Secretaria?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Sim, no edifício principal.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sobre o processo legislativo dessa época, havia alguma particularidade? Qual a diferença daquela época para hoje? Ou não havia diferença? Era como é hoje mesmo?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Em 1970 o número de comissões era menor. Mas de qualquer modo, sobre o processo legislativo, não vejo grande diferença. Os projetos dos deputados tinham tramitação extremamente morosa, como hoje ainda, e os projetos do governo eram rapidamente aprovados.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Basicamente, o senhor trabalhou na Câmara durante o período militar?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Sim. Depois eu voltei com a Lei de Anistia.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Voltou como? Em 1973 o senhor foi requisitado pelo Estado do Paraná.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Sim, mas aí é uma longa história que ainda está sendo...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Ainda não entendi essa referência com relação à Lei de Anistia.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Na verdade, o que aconteceu comigo foi o seguinte: fui excelente funcionário da Câmara e tenho referências até 1972, quando o senador Aciolly Filho saiu da Câmara, deixou uma carta agradecendo meus serviços e elogiando a minha lealdade à instituição. Mas, a partir daí, tive dificuldades, porque me formei em Direito em 1970 – era aluno da Universidade de Brasília. Então, tinha colegas que sofriam perseguição política, e eu fui fazer advocacia de presos políticos. E na Câmara também estava contando um júri, que fiz com o Clóvis Stenzel, que era vice-líder do governo da Câmara: um homicídio envolvendo dois funcionários da Câmara;

fiz a besteira de assumir a defesa do acusado. Como ele já morreu, posso dizer o nome dele: Hélio de Mello Viana. Quando peguei o processo, ele já havia sido condenado. O advogado tinha sido o Simão da Cunha, de Minas Gerais. Consegui anular o processo e levar o colega a novo julgamento. Então, comecei a sofrer desvio de função. Vivía, na verdade, na justiça criminal. Isso prejudicou extremamente a minha carreira na Câmara. Já era prejudicial, porque a Universidade de Brasília era de “esquerda”. A política universitária era fechada, universitários sendo presos, havia perseguição política. De manhã estava na universidade. À tarde, vinha para cá.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como o senhor conseguia viver nessa dualidade?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Como toda a dualidade. Quando se é mais velho, somos relativistas. Mas quando se tem pouca idade, 23, 24 anos, nos apaixonamos. Com o AI-5 a decepção foi muito grande. Aquilo foi uma tristeza, andávamos nesses corredores...não tinha...foi...

Então, em face da minha atividade de advogado, fui muito prejudicado na minha carreira porque também me vi envolvido, depois com o processo criminal. De sorte que em 1973 não tinha condições de permanecer em Brasília e fui requisitado. O deputado Aciolly Filho conseguiu com o governador Emílio Gomes, do Paraná, que fosse requisitado para servir na representação do Estado do Paraná, no Rio de Janeiro. Então, em 1973, fui para o Rio de Janeiro porque tinha perdido as condições de continuar em Brasília em razão dos episódios vinculados à repressão. Fui aconselhado a sair de Brasília e não voltei mais. Voltei só depois da Constituição, com a Lei de Anistia.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E o senhor assumiu o seu cargo novamente na Câmara?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Assumi o meu cargo e fui trabalhar com o diretor-geral, o Dr. Sabino, como assessor jurídico.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E ficou até quando?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Fiquei até...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Até se aposentar?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Até me aposentar. Não me lembro em que ano me aposentei.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não tem importância.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Acho que me aposentei em 1989... não... agora eu “viajei” um pouco. (risos)

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor disse que os estudantes da UnB eram muito visados pelo regime militar. Os funcionários

da Câmara também eram muito visados? Havia um certo acompanhamento, os funcionários responderam processo nessa época, chegaram a ser indiciados pelo regime militar? Como era isso?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Muito poucos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Muito poucos.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Muito poucos. Geralmente, os que eram também estudantes da Universidade. Lembro-me também do caso do Cláudio Mafra, que depois veio também a ser anistiado. Inclusive o seu irmão, que era chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, foi meu professor de Direito Internacional. Ele foi assassinado na Universidade, e esse episódio modificou toda a minha vida.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Ele morreu naquela invasão da Universidade?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não. Ele foi assassinado depois, em condições estranhas, e a partir daí me envolvi na apuração da morte dele e acabei eu mesmo sendo processado e fiquei uns quatorze anos com um processo criminal. Só voltei para a Câmara depois que fui absolvido no processo criminal. Mas isso levou treze anos. Fiquei quatorze anos carregando processo criminal nas costas com medo, muito sujeito a pressões de toda ordem. Foi muito triste esse período, porque eu era muito jovem ainda e não estava psicologicamente preparado. Foi uma época difícil. Cheguei ao Rio de Janeiro e ainda fui denunciar. Aproveitei o julgamento do Lúcio Flávio, denunciei o esquadrão da morte, denunciei Mariel Mariscot. Aí a Câmara me chamou de volta. Eu não vim. Então foi aberto inquérito administrativo para me demitir por abandono de serviço.

Uma vez consegui me livrar, mas abriram outro processo. Eu não tinha condições de morar em Brasília. Tive que vender o apartamento funcional que tinha recebido da Câmara. Foi uma época triste.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Em outros órgãos do governo, sabemos que havia informantes. Como era o ambiente na Câmara nessa época? Havia esse receio? Tinha-se desconfiança? Alguém era visado? “Olha, não conversa com aquela pessoa porque comenta-se que ele seja informante do regime”. Havia algo nesse sentido aqui na Câmara?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Aqui dentro eu não sentia realmente esse ambiente de “dedo-durismo”. Na universidade, sim. Havia muitos policiais...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Infiltrados.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES –...o episódio mesmo com quem me

envolvi e me rendeu esse processo penal foi com um agente da Polícia Federal, que apareceu como vítima, porque.... partimos para uma situação difícil... de risco de vida. Mas aqui, na Câmara, eu.... o Dr. Luciano protegia, não permitia muito que as coisas que se passavam fora da Câmara aqui repercutissem. Foi uma pessoa que, de certa forma – não digo que protegeu – , inspirava confiança às forças da época e contornava. Acho que se não tivesse ido para o Maranhão, para o Piauí, para Pernambuco, se não tivesse ficado esses dois anos fora, talvez tivesse tido o mesmo destino de Paulo de Tarso – filho de um deputado da Comissão de Constituição de Justiça, o Celestino Filho – um dos desaparecidos políticos. O Paulo de Tarso e eu fomos candidatos – ainda bem que perdemos – a presidente e a vice-presidente, respectivamente, do Diretório da Faculdade de Direito. Perdemos as eleições, e fui mandado para o Maranhão. Foi o que me salvou, porque o Paulo de Tarso desapareceu! Esses dois anos que fiquei fora de Brasília... considero-me sobrevivente nisso tudo.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O Paulo de Tarso era funcionário da Câmara também?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não. O pai dele era deputado. Ele era líder universitário ligado ao Partido Comunista Brasileiro. E eu não tinha vinculação com nenhum grupo de esquerda, não fazia parte de nenhum grupo. Chamaram-me em 1967 para fazer exercício de guerrilha na chácara da Ivone Jean, jornalista do *Correio Braziliense*. Então, iam treinar para a luta armada. Isso em 1967. Eu caí fora, não fui, e logo depois o aparelho estourou e fui advogado do secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, um dos acusados no processo na Justiça Militar. Trabalhei como advogado nesse processo. Tinha um bando de românticos que achavam que podiam derrubar o regime com o exercício, com algumas espingardas nas periferias de Brasília. (risos) Então, houve isso. Se tivesse sido mais recatado... mas eu fui fundo, eu entrei...eu queria ser advogado. A Comissão de Justiça foi muito importante na minha formação jurídica – esses pareceres. Imagine eu, um estudante de 2º, 3º ano de Direito, batendo os pareceres de constitucionalidade em matéria criminal para Pedro Aleixo, Pedroso Horta, Ulysses Guimarães, Laerte Vieira, de Santa Catarina. Eram muitos deputados ilustres naquela época. Então, foi isso.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Digamos que a sua vida funcional foi tumultuada.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Foi. Foi tumultuada. Eu sou talvez a ovelha negra da família.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor chegou a defender algum funcionário da Câmara? O senhor mencionou esse Hélio de Melo Viana, mas era um processo criminal, não era nada ligado à questão política?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não, não era. Eram dois funcionários da Câmara que se desentenderam. O Hélio Viana matou o Moacir. Os dois eram funcionários da Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Hélio de Melo Viana e...?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – E Moacir... Não me lembro do sobrenome dele. Eles eram funcionários da Câmara, e a situação ficou muito radicalizada, porque os pais, que eram amigos, se tornaram inimigos.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Por problemas políticos? Os pais se tornaram inimigos por questões políticas?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não, porque houve esse homicídio.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Ah, sim.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – A família do que morreu, da vítima, do Moacir, se tornou inimiga da família Melo Viana. Fiz a defesa dele no júri aqui contra o Clóvis Stenzel, que era vice-líder [da Arena] na Câmara, que pregou o fechamento da Câmara, justificou o fechamento da Câmara. Então, eu discuti muito com ele no júri, e isso não foi bom. Não foi bom. Eu fui um incauto.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – E o Hélio foi condenado ou absolvido?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não. Quando eu peguei o caso, ele estava condenado a quatorze anos anos. Eu consegui reduzir a pena para a metade, porque ele tinha sido condenado por homicídio qualificado. Desclassificamos para homicídio privilegiado. Ele já tinha cumprido quatro anos, foi condenado a sete, e saiu na mesma semana do júri em livramento condicional. E aí criou...

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – Eu só quero acrescentar sobre esse problema desse *delirium persecutorium* que realmente atingiu todo mundo na época. Quando uma vez eu fui levado à presença de uma figura que teve uma grande relevância neste país, general Portela, ele me disse: “Esse camarada é muito inteligente, ou é um comunista me espionando ou é um “picareta” querendo se arrumar”. Você imagina, com esse passado aí de defender os funcionários e automaticamente lutar por aquilo que não era a força do direito, mas nessa época exercia o direito da força, como realmente deve ter traçado o seu futuro. Só tenho uma pergunta porque é a minha área também, de onde eu venho: quem era o Ministro da Agricultura nessa época quando você lá esteve? Você se lembra dele?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Antes de eu vir para a Câmara?

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – É.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu fui nomeado pelo Armando Monteiro. Em seguida, Osvaldo Lima Filho. E quando houve a Revolução, o ministro da Agricultura era o Ermírio de Moraes. Era o senador...

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – Era esse o nome que eu queria me lembrar.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Era o senador Ermírio de Moraes. Eu me lembro que, quando fui para Pernambuco, na primeira missão da Comissão de Fiscalização Financeira, fomos eu e o Arlysson Braga Horta, irmão do Anderson. E nós chegamos lá e o governador de Pernambuco era o Paulo Guerra. O Arraes tinha sido cassado, e assumiu o Paulo Guerra, que era o vice-governador. E o Plínio Lemos nos mandou um ofício para o comandante do 4º Exército. Então, nós saímos daqui com o ofício para o general Lira Tavares, que era o comandante do 4º Exército e que depois assumiu a Junta Militar.

Então, o Lira Tavares nos apresentou. Dali a pouco ele estava lá falando com o coronel Ibiapina. Quando ouvi o nome dele, eu tremi, porque contavam que ele fazia horrores. Horrores. Que praticou grandes arbitrariedades lá. Era o que constava. Em princípio, a Universidade de Brasília era virada... havia realmente uma doutrinação de esquerda. A gente chegava à universidade, tinha aula de Teoria Política. Então, era Marxismo, Marxismo, Marxismo. Isso não era bom.

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – Nessa sua passagem pela Câmara, existia, em nível do espírito da própria formação dos servidores, algum órgão ou alguma aglomeração que pudesse representar algum interesse ou alguma expectativa dos que aqui trabalhavam?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Perdão, eu não entendi.

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – Não vou falar em sindicato, porque era impensável nessa época, mas se havia um espírito realmente na Casa dos colegas que aqui trabalhavam e que pudessem representar...

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Na minha perspectiva, o funcionalismo da Câmara era extremamente conservador. Os meus amigos todos aqui da Câmara, ninguém queria muita... o funcionalismo da Câmara era muito conservador; não havia assim... Salvo um ou outro caso assim, mas eu não...

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – O senhor acha que eles não queriam se envolver ou apoiavam a Revolução?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Bom, eu não estou... No início, apoiavam a Revolução, porque havia... A classe média apoiou a Revolução e o funcionalismo da Câmara era classe média.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mas isso mudou. Um pouco depois esse quadro mudou. Esse apoio retrocedeu ou, na sua opinião, não?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Esse quadro... com relação ao funcionalismo da Câmara?

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – É. Ou pelo fato de ser uma elite, de ter uma situação privilegiada...

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Estável... A idéia que eu tenho é que o funcionalismo da Câmara cultivava muito o espírito de neutralidade: “Nós estamos aqui, nossa função é instrumental. Temos de dar o substrato administrativo tanto para o deputado de direita, quanto para o deputado de esquerda”. O espírito era esse. Eu acho que não havia politização na Câmara. A idéia era de neutralidade. A mim me parecia muito conformismo. Coisas que me indignavam lá fora, quando eu chegava aqui eu não sentia...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Ninguém mais estava indignado.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não! Acho que... eu não sei se isso era ruim. Talvez o “torto”, naturalmente, fosse eu. Mas tinha colega meu que chegava e dizia: “Não vai, não te mete, não faz, não acontece, sai disso.”

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Havia alguma restrição institucional, alguma resolução interna, alguma determinação interna, mesmo que informal, para que os funcionários não se envolvessem em ações políticas?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não, nunca tive conhecimento disso.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Essa orientação que o senhor recebia era em nome de...

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Era de colegas, de pessoas, amigos meus que queriam o meu bem e me aconselhavam para não...

Nas greves da Universidade de Brasília, saíamos em passeata, a polícia correndo atrás. Eu tinha de passar em casa e trocar de roupa porque estava perto de bater ponto.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Realmente dual.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – É.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Como o senhor viu o papel do Legislativo nessa época? Como o senhor via o Legislativo? Submisso? Resistente? Era isso mesmo que tinha que acontecer? Era conservador demais? Qual era a sua visão do Poder Legislativo como Poder?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu acho que durante muito tempo prestou-se muito mais a dar uma aparência de democracia em função até das repercussões internacionais disso. Depois nós tivemos o governo do Carter,

talvez onde a situação começou a ... eu estou falando já de política externa. Mas era um Poder de fachada, mas que aos poucos foi-se fortalecendo e ganhando espaço, foi recuperando. Mas durante esse tempo era um Poder destinado mais a convalidar os desígnios do poder militar.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, quer dizer que foi importante que se mantivesse esse Poder mesmo de fachada?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu acho que foi. O discurso do Márcio Moreira Alves foi um desserviço, porque a coisa ia muito bem antes do AI-5. Leis importantes haviam sido votadas. Eu me lembro, na época trabalhei na Comissão de Justiça. A Lei da Ação Popular, o Estatuto da Terra foram votados. Nós tivemos a Constituição de 1967, quer dizer, tinha-se uma Constituição no Brasil. A coisa estava indo. Havia um esforço dos grupos mais moderados no sentido de... Franco Montoro... eu vou me lembrando assim de pessoas que acho eram importantes dentro desse processo de ir aos poucos se restabelecendo a normalidade democrática no país...até que houve uma loucura: avaliando, *a posteriori*, de hoje, se eu fosse deputado na ocasião eu teria, tranqüilamente, entregado de bandeja o Márcio Moreira Alves para ser processado, porque ele não iria ser preso, não teria conseqüência nenhuma, e viríamos depois que aquilo não era uma prerrogativa... não se feria tão profundamente a dignidade do Parlamento com o processo dele, até porque, hoje, no regime democrático aí, já não se pede mais licença para processar deputado. Então, até 1968, houve esse trabalho de reconstituição, de gradativamente se aperfeiçoar a legislação. Veja a importância que teria... esse Estatuto da Terra, é “evoluidíssimo”. As esquerdas não pensavam que depois de haver a Revolução se votasse uma lei permitindo a desapropriação de terras com títulos da dívida agrária. Era desapropriação em dinheiro.

Do que me lembro mais?

A Lei de Ação Popular, que era uma lei importantíssima. O relator dela foi o Djalma Marinho, que não era presidente ainda da Comissão, ele era vice-presidente. Eram ele e o Lauro Leitão. O presidente da Comissão, nessa época, era o Tarso Dutra, que depois veio a ser ministro da Educação, deputado do Rio Grande do Sul.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Então, o senhor acha que deputados que eram contra o discurso do Márcio Moreira Alves acabaram votando a favor do Márcio, ou seja, contra a concessão da licença?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não, todo mundo era contra o discurso do Márcio.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Mas mesmo assim votaram para que não fosse concedida a licença para ele ser processado. Por que o senhor acha? Uma certa contradição. Por que o senhor acha que aconteceu isso?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – O discurso dele... Eu acho que o Parlamento quis dar um passo adiante muito grande. Vendo de hoje para trás, ele tinha os seus... o Congresso tinha os seus poderes reduzidos, não podia... o Orçamento... o problema do Orçamento... Eu acho que houve... O Congresso partiu para um choque, confiante de que nada aconteceria e que com isso se afirmaria, impondo um desgaste ao poder militar. Os deputados mais conscientes achavam que aquilo foi um abacaxi que se tinha que descascar. Muitos dos que votaram contra... Veja como é a coisa: olhando para o passado, vê-se que talvez teria sido melhor a Câmara... se soubessem que o resultado seria o fechamento do Congresso, teriam dado a licença para cassar. Mas, vinham informações. O Djalma Marinho mesmo tinha informações de que não aconteceria nada. Houve informações dadas a ele por pessoas que... ele era um deputado conservador, um deputado da UDN, era um deputado da Arena, era um deputado de confiança do governo. Ele tinha informações de que não aconteceria nada. E a imprensa... ele era um jornalista. A imprensa sempre foi um problema para a Câmara.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Que tipo de problema?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – Ela botou fogo, incentivou esse acirramento dos dois Poderes.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu acho que sim. Os discursos mais veementes eram dele e de um outro deputado, amigo dele, do Rio de Janeiro também, que era jornalista. Era todo dia... era uma coisa... que não precisava, que não levava a nada, era incoseqüência pura, eram ele e um outro deputado do Rio de Janeiro eleito... foi quando veio para cá o Medina...

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – Lysâneas Maciel?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Hein?

O SR. ENTREVISTADOR (Carlos Roberto Maranhão Coimbra) – Lysâneas Maciel?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não, o Lysâneas era duro, mas o Lysâneas era mais conseqüente. Ele era forte, era... falta-me o nome dele agora, um alto, moreno... Não precisava ter radicalizado tanto, porque havia uma classe política com tradição, que aos poucos estava colocando as coisas no eixo. A Câmara... foi mal. Eu só sei que foi muito mal. [Posteriormente, o entrevistado lembrou do nome do deputado a que se referia: Hermano Alves.]

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Em relação à atuação da imprensa, acirrando o Poder Legislativo contra o Executivo, o senhor lembra de algum episódio específico? O caso do Márcio Moreira Alves é um exemplo disso?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu acho que é um exemplo disso. Tinha a Lei de Imprensa, que era braba, na época. Jornalista não podia escrever no jornal, até porque se escrevesse, os donos de jornais não publicavam. Havia a responsabilidade em cascata, na Lei de Imprensa, que acabava recaindo sobre o dono do jornal.

Hermano Alves, deputado, jornalista, muito atuante no Rio de Janeiro. Trocou o jornalismo pela tribuna parlamentar. Eles diziam na tribuna o que não podiam escrever em seus jornais.

A SRA ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Sobre a neutralidade, a que o senhor se referiu, dos funcionários da Câmara, o fato de ter sentido no bolso as conseqüências do fechamento do Congresso fez com que se politizassem um pouco mais?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não acredito. Eram colegas com quatro, cinco filhos para criar. Naquela época a politização tinha um preço. Hoje podemos fazer parte de um partido. Outro dia assisti a uma sessão no Senado convidando o embaixador, a embaixatriz americana, no caso da invasão do Iraque. Naquela época vivíamos a guerra fria. Quem era comunista era do lado da Rússia, era traidor. A polarização era essa, era o muro de Berlim delimitando as zonas de influência das duas grandes potências, e pregávamos uma política externa independente. A idéia de Santiago Dantas, que você mencionou, de uma política externa independente, era uma tese extremamente ousada. A opinião pública nunca se interessou por política externa do Brasil. O que se tentava era mostrar o alinhamento com os Estados Unidos. Hoje, na Câmara....se fosse naquela época tinha sido todo mundo preso. Eu assisti ao que se disse contra os americanos aqui. Naquela época se dissesse aquilo contra os americanos era comunista, estava em cana, não tinha jeito. Meu Deus do céu, o que esses homens estão dizendo contra os Estados Unidos! Naquela época posicionar-se contra os interesses americanos era uma postura comunista.

A SRA ENTREVISTADORA (Glória Varela) – O senhor se lembra de algum fato específico da Constituinte de 1967? Antes de iniciarmos as gravações chegamos a comentar alguma coisa sobre isso, e o senhor considerou essa Constituição como um avanço do Poder Legislativo naquela época.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Era um avanço em termos. Lembro que o Pontes de Miranda – eu tinha um primo, o Artur Dubeux, que

era muito amigo dele, eu estive no Rio, e ele me levou na casa do Pontes de Miranda; e eu acabei estabelecendo uma aproximação com ele – veio fazer uma conferência na Comissão de Constituição e Justiça e tecia críticas, mas tinha-se uma nova Constituição que, como você vai ver nesse *habeas corpus* do Pedroso Horta, teria revogado os atos institucionais todos. Então ter-se-ia um regime constitucional. A constituição é de 1967. Quer dizer, durou até 1968, com o ato institucional. Depois vem a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, inteiramente outorgada. Era algo muito mais próximo da Constituição de 1946, só que, em 1967, eu me lembro do Pontes de Miranda escrevendo um Tratado em seis volumes sobre a Constituição de 1967. O Pedro Aleixo foi importante na elaboração dessa Constituição. Era o progresso que se podia ter naquela ocasião.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Nessa ocasião conseguiram agregar emendas modificando o projeto do Executivo?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu não me lembro, porque em 1967, na verdade, eu estava nessas viagens da Comissão de Fiscalização Financeira, estava no fim – foi uma parte de 1965, 1966 e 1967 – mas eu acho que houve alterações à Constituição de 1967, acho que sim. Eu não tenho a memória muito nítida da elaboração porque também não foi como na Constituinte em 1988. Não havia na verdade o poder constituinte, uma assembléia eleita com o fim de fazer a Constituição.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Não, o Congresso tinha sua atribuição Parlamentar e era também constituinte. Ele recebeu esse papel também, não foi isso Beto? Em 1967. Mas tudo bem.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Creio que não.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Eu tenho duas perguntas para o senhor. Até agora falamos de coisas muito sérias, eu quero saber se o senhor se lembra de alguma coisa engraçada, pitoresca, que aconteceu nesses tempos todos. O senhor fez menção, antes da gravação, a um processo, que o Nelson Carneiro teria sido submetido em razão do tiroteio com o Souto Maior. A Corregedoria da Câmara não existia naquela época. Como foi esse processo do Nelson Carneiro. O senhor se lembra?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Lembro-me que foi oferecida uma denúncia criminal, acho que na Justiça do Distrito Federal. Veio um pedido de licença para processar o deputado Nelson Carneiro. A Comissão de Constituição e Justiça negou com base no parecer do Pedroso Horta, que falava em legítima defesa recíproca. Os dois estariam em legítima defesa. Como não é possível duas pessoas se agredirem ao mesmo tempo, seria uma legítima

defesa imaginária, putativa, e a outra seria... A grande discussão foi essa, como é que se salvariam os dois. Isso foi muito discutido. Eu mesmo estudei muito esse problema com todos os tratadistas lá da Comissão, fiz levantamento de textos de Direito Penal – Aníbal Bruno, todos os livros de Direito Penal que tinha – para ver se era possível, a idéia era de abafar, de botar panos quentes. Engraçado... as coisas não eram muito engraçadas naquela época. Mas tinha o deputado Renato...Azeredo...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Se é de Minas, é Azeredo. Pai do ex-governador e atual senador.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Ele era muito amigo do senador Accioly Filho, com quem eu trabalhava no gabinete. E ele sempre ia para lá, era muito divertido, conversador, com uma facilidade imensa para imitar as vozes de quem ele queria. E era especialista em imitar a voz do Alckmin. Quando ele falava, todo mundo achava que tinha sido o vice-presidente da República e ministro da Fazenda do governo Juscelino. E quando houve o impedimento do Costa e Silva, o Pedro Aleixo deveria assumir, mas ele não tinha assinado o AI-5. Então, realmente, não assumiu. Parece que os militares gravaram uma conversa dele, dando força para o Pedro Aleixo: “olha você vem para Minas para a sua posse...” e vão tomar satisfação com o Alckmin a respeito dessa fala que ele teria tido com o Pedro Aleixo, incentivando o Pedro Aleixo a assumir. E quando mostraram isso a ele, ele disse: “Oh, esse Renato Azeredo não perde a mania de me imitar.” (risos) Mineirice.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Entre os funcionários, o senhor se lembra de algum episódio pitoresco? Funcionário que tenha se metido em alguma trapalhada ou feito alguma coisa errada por engano e que tenha tido repercussão engraçada, pitoresca?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Não me lembro.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – À época não era engraçado.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Na época não era engraçado. Você, veja o seguinte: eu me casei muito cedo, em 1968, e foi filho em 68, filho em 69, filho em 70, três meninos para criar, então, não tinha muita coisa engraçada. Em 70 pensei em cair fora. A Câmara não tinha, hoje não sei se já tem, tradutores. Eu tinha feito a Aliança Francesa. Depois casei com uma francesa – falava bem francês. Veio aqui uma delegação de deputados franceses, em 1970, da Comissão de Relações Exteriores, da Assembléia Nacional, e eu fui servir de intérprete. E nessa época eu consegui um convite do vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores para fazer um estágio na Assembléia Nacional francesa. E fiz um pedido à Mesa em que eu apresentava um plano

de estudo sobre o que eu faria para o aprimoramento do Poder Legislativo. Eu peguei Técnica Legislativa e Direito Administrativo. Tudo que eu encontrei de Técnica Legislativa foi um capítulo de um livro do Victor Nunes Leal, que tinha sido meu professor. Quais eram os aspectos, o que se deveria fazer para o fortalecimento do Poder Legislativo.

E eu adaptei mais ou menos aquelas teses do Vítor Nunes. Li um livro dele, que é clássico, *Problemas de Direito Público*. Eu falei com o Pertence, que é meu compadre, padrinho do meu filho. Eu sofria muito a influência dele na Universidade de Brasília. Trabalhei no início muito sobre a atuação dele. Estava citando o Vítor Nunes e ele disse: “tira esse negócio de Vítor Nunes, você não vai conseguir não, ele acabou de ser cassado do Supremo, não é boa referência”.

Elaborei as idéias, que até hoje são muito atuais. Um dia ainda vou aí na pasta... O acompanhamento das leis, sobretudo me bati sobre isso. Eu falava da necessidade de o Poder Legislativo ter um órgão, um sistema qualquer de acompanhamento da repercussão social da lei. Para modificar... você faz a lei, joga ela aí... A lei é feita, e não se sabe como vai ser interpretada, não se sabe se vai ser um bem, não se sabe se vai ser um mal. Os franceses tinham alguma coisa sobre isso. Mas não citei o Vítor Nunes, e fui até o Accioly Filho. Quando ele leu, disse: “esse Vítor Nunes escreve bem”. Ele conhecia o trabalho do Vítor Nunes.

E esse problema de acompanhamento das leis, de um certo modo, eu fiz fora da Câmara, já sem vinculação, na advocacia, vendo como os juízes aplicam as leis que são aqui votadas. Lembro-me de um estudo que fiz há muito tempo a respeito dos crimes de competência do júri. A Constituição estabelece que são da competência do júri os crimes dolosos contra a vida. Outros crimes contra a vida não são da competência do júri, os crimes onde não há dolo. Mas no latrocínio, o sujeito que mata para roubar, há dolo de homicídio; no entanto, não é da competência do júri.

Lembro-me da Lei 263 e fui ver toda a discussão legislativa. Eles não incluíram esses crimes nos chamados preterdolosos, preterintencionais, na competência do júri porque ali não havia dolo de homicídio, pois o evento morte ali seria sempre culposo por imprudência, negligência e porque não havia intenção de matar. Mas no Judiciário isso teve interpretação doutrinária inteiramente diferente.

Se existisse um sistema de acompanhamento da repercussão social da lei, certamente essa Lei de Crimes Hediondos já teria sido revogada, porque o Congresso aprova uma lei dessa sem se dar conta das repercussões sociais.

Com essa lei, triplicou-se o tempo de permanência do sentenciado nas prisões – e não se criou uma vaga sequer nos presídios. Depois estranham quando aparece Carandiru, a superpopulação carcerária. Se eu tivesse de sugerir alguma coisa, sugeriria que se criasse no Parlamento um órgão para cuidar de ver como as leis estão sendo aplicadas, qual a sua repercussão social, se elas estão sendo um bem ou um mal para a sociedade. Porque legisla-se, joga-se a lei aí, mas ela permanece no tempo e no espaço independentemente do dano.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Bom, essa era a base da sua proposta de estudo na França. Funcionou esse argumento?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – A Mesa me mandou ir para a França, mas sem muito entusiasmo. Não me deram os meios para ir. Não me deram passagem, não me deram nada. Eu fui assim mesmo porque, na verdade, a minha mulher tinha recebido uma herança lá. Pensei que não iria mais voltar. Estava horrível isso aqui. Isso aqui, em 1970, para mim, era... Depois, pensei: não vou ficar aqui. Aí voltei, para manter o emprego, mas não consegui.

O SR. IVANIR GERALDO VIANNA – *Chacun sa marotte.*

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – *Ah oui.*

(intervenções fora do microfone)

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Há algum outro assunto que o senhor ache importante comentar? Algum tópico, algum fato, algum episódio?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu acho que já falei demais.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Apesar de tudo, o senhor se arrependeu de ter feito concurso para a Câmara?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Ah não, eu aprendi muito aqui. Você vê que até hoje, quarenta anos depois, eu ainda estou perturbando vocês. A gente gosta daqui. Isso é vício, isso está no sangue. A gente se aposenta mas não consegue desencarnar. Está sempre lendo um boletim, voltando aqui, inventando um processo velho, um velho direito, uma reivindicação, qualquer coisa para continuar aqui.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Esse nosso projeto de ouvir ex-funcionários da Câmara está relacionado aos 180 anos do Poder Legislativo do Brasil, tomando como base a Constituinte de 1823. Que perspectiva o senhor tem do Poder Legislativo do Brasil nesses 180 anos, sua importância, seu desenvolvimento?

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu acho que vai chegar a época em que nós haveremos de realizar o sonho parlamentarista, para que o Brasil não fique sujeito a essas crises todas e nós tenhamos um regime político

plausível, uma forma de governo menos centralizada. Eu acho que a tendência é estabelecermos o parlamentarismo e com isso fazer com que a Câmara tenha realmente a sua importância como Casa de representação popular, para pôr fim a essa hegemonia do Poder Executivo. Nós temos um Poder hegemônico, que é o Poder Executivo, um Poder armado, um Poder com recursos. A representação.... eu não estou indo bem...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Dá para perceber que o senhor defende o parlamentarismo.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Sim. Eu me lembro de que havia aqui o deputado Raul Pilla. As teses dele sempre foram... o Fernando Henrique também defendia o parlamentarismo. O José Serra dizia em livro que a condição para resolver todos os problemas nacionais, o pré-requisito para a solução dos nossos grandes problemas, era o parlamentarismo. Isso valeu até o instante em que assumiram o governo. Porque depois que assumem o governo, se esquecem de como consideravam o parlamentarismo. Ninguém quer restringir suas próprias atribuições, seu âmbito de competência. Competência é coisa para ser alargada e nunca restringida.

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) – Nós agradecemos ao senhor a participação neste nosso projeto. Muito obrigada.

O SR. JOÃO RIBEIRO DE MORAES – Eu é que agradeço e parablenizo a vocês todos pela iniciativa, que faz com que a gente se sinta ainda vivo na Casa, deixando um testemunho que, com toda a sua eficiência, um dia quem sabe...

A SRA. ENTREVISTADORA (Glória Varela) - Muito obrigada.